

DO PAPEL DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO NA VIDA EM SOCIEDADE

Zita Romero

Com o decorrer dos tempos, a importância dos meios de comunicação foi assumindo uma dimensão capital: espalharam-se por todo o globo, os seus tentáculos atingiram todas as áreas vitais da sociedade e interligaram-se, passando a caracterizar a sociedade em que vivemos como *sociedade de informação*. A esta designação acrescentamos *e do conhecimento*, porque o conhecimento e a inovação “estão a tornar-se cada vez mais na fonte decisiva de riqueza e, também, na principal fonte de diferença entre nações, empresas e pessoas”(Cimeira de Lisboa, 2000).

Mais recentemente, a combinação da escrita, do som e da imagem com os meios informáticos originou o conceito de *multimedia*, disponibilizando fontes de informação inesgotáveis, proporcionando contactos de e para todo o mundo, em diversos formatos, a qualquer hora do dia, em tempo real ou não, graças aos satélites de retransmissão que cobrem a totalidade do espaço terrestre¹. Todo o panorama descrito deu origem à designação *aldeia global*. Este conceito designa a possibilidade de se efectuarem comunicações de e para todos os pontos do globo, sem importar a distância e ultrapassando barreiras culturais. Efectivamente, a interacção verbal entre os seres humanos passou a funcionar como se de uma pequena comunidade se tratasse e a informação é trocada (entre os diversos meios de comunicação de massas de todos os países), como se uma mercadoria fosse. Mais recentemente, por força dos progressos científicos, técnicos e tecnológicos, assistimos ao surgimento das comunicações via satélite, da televisão interactiva, e aguardamos a todo o momento a profusão social dos telemóveis de terceira geração.

A EXPANSÃO DO PAPEL DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Actualmente, os meios de comunicação de massas incluem a imprensa, o audio, a televisão, o vídeo e a Internet. Estão sujeitos a uma profunda e contínua revolução electrónica no sentido de se melhorar/ampliar a qualidade e quantidade de emissões que proporcionam trocas de informação, quer num só

sentido, quer em interactividade, e essas alterações constituem uma realidade tão importante que alguns autores consideram-nas comparáveis à invenção da imprensa por Gutenberg (Ramonet, 1999: 7).

O sector das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), que engloba a televisão e o vídeo, o computador e todo o *software* acessível através deste, bem como os meios multimedia (associação de imagem, texto e som), tem vindo a tornar-se cada vez maior, provocando fortes modificações na economia dos países e, no caso particular dos países desenvolvidos, tem-se tornado um dos maiores empregadores. As TIC não funcionam como meros instrumentos de emissão e recepção dos diversos conteúdos, contribuem igualmente, de forma significativa, para condicionar e estruturar a ecologia comunicacional das sociedades (Silva, 2001). A par desta realidade, a procura de técnicos especializados na área das TIC tem crescido progressivamente ao ponto de, em alguns países, o pessoal especializado disponível não ser suficiente para satisfazer as necessidades (Ramonet, 1999: 124).

Os grandes grupos de operadores das comunicações — imprensa, telefone, modem, fax, ligação óptica, rádio e televisão, Internet — associam-se e anseiam tornar-se os únicos a disponibilizar ao cidadão do mundo todo o tipo de informações entendidas como imprescindíveis para a vida diária em sociedade. Todos eles reclamam uma livre circulação de dados, cada vez mais crescente à escala mundial, no intuito de poderem tirar partido do conhecimento técnico detido pelos melhor situados, económica e estrategicamente. Qualquer atitude desenvolvida por um consórcio é atentamente seguida pelos concorrentes e as respostas repercutir-se-ão à escala mundial, inseridas num fenómeno apelidado de globalização. Envolvidos nessa circulação estão os meios de comunicação produtores de dados, a informática que os processa e os sistemas de telecomunicações que os transportam até qualquer sítio onde estejamos.

Na sociedade actual, a inexistência dos meios de comunicação seria impensável, pois na nossa mente a vida tornar-se-ia insuportável sem eles. Somos unânimes em considerar indispensável a funcionalidade da comunicação de massas numa sociedade democrática. Aliás, pensa-se que o homem pode viver como um ser livre e conseguirá ser melhor cidadão, se puder inteirar-se de mais informação (Ramonet, 1999: 25). Mas, desengane-se quem pensar que o livre acesso à informação, por exemplo através da Internet, significa que se

tenha acesso a *toda* a informação existente no mundo. Efectivamente, aumentam de dia para dia, quer as consultas, quer os mananciais de informação disponibilizados sob a forma de bases de dados, bibliotecas e arquivos, contribuindo para o imparável incremento dos fluxos informativos e comunicativos que Lévy (2000) designou por *segundo dilúvio*. Mas, toda esta abundância de livre e fácil acesso induz em erro, porque ninguém consegue ter acesso a *toda* a informação existente na Internet. Seria preciso passar dias, por inteiro, à frente de um computador, dominando técnicas de selecção e processamento de informação, para não perder o leme nos oceanos infindáveis de dados de toda a espécie e qualidade à disposição na chamada rede. Se os utilizadores/cibernautas não quiserem sentir-se desencaminhados deverão, numa aprendizagem ao nível da orientação, construir zonas de navegabilidade, consoante os contextos do seu interesse, dando assim um sentido mais claro ao seu mundo comunicacional (Silva, 2001).

Ter acesso à informação não implica que se passou a estar mais consciente do seu conteúdo. É preciso que os dados sejam interiorizados e assimilados por intermédio da sua transformação em conhecimento e que este produza efeitos nos comportamentos e atitudes em sociedade. Grey (1999) defende que a sociedade dita *ocidental* conseguiu, ao longo dos tempos, duas conquistas fundamentais: o direito à informação e o direito à educação. Realmente, estar informado dos acontecimentos e consciente das suas consequências é essencial para se sobreviver e fundamental para que uma comunidade progrida. Para tal, é necessário que exista uma boa rede de meios de comunicação que veicule as informações sobre o que se passa no mundo e nos permita interagir com ele.

Talvez seja por isso que as instalações dos meios de comunicação de massas mais importantes, tais como a rádio e a televisão, sejam escolhidas como alvos preferenciais a dominar e controlar aquando de uma revolução militar ou tentativa de neutralização de um poder vigente. Vivemos este facto há vinte e cinco anos atrás, no nosso país, e assistimos, recentemente, a uma situação idêntica quando, no Kosovo, a televisão sérvia foi bombardeada pelas tropas americanas.

A TELEVISÃO COMO MEIO FUNDAMENTAL DE COMUNICAÇÃO

Assistiu-se, nos últimos anos, a uma crescente importância da televisão como meio preferencial de comunicação, a que não será alheia a instalada rede

de satélites. A televisão não é apenas um *medium* de ocupação de tempos livres e de divertimento, veio, simultaneamente, a ser preferido para a divulgação de informações, à escala global. De tal modo, que dita as regras para os outros meios de comunicação, define o grau de importância das notícias, estabelece o que é novidade ou não: alguns factos são agendados para a hora nobre do telejornal, para que possam ser mais fácil e rapidamente mediatizados. Tudo isto se deve, na nossa opinião, à rapidez com que divulga a informação, sobretudo a partir dos finais da década de 80; e ao fascinante impacto que a imagem a cores (só por este meio disponibilizada) provoca na mente e na consciência das massas.

Aliás, a informação pela imagem adquiriu, ao longo dos últimos anos, um estatuto de preponderância sobre a informação escrita. É que a linguagem verbo-audio-icónica causa um impacto muito superior ao da simples linguagem verbal. Os acontecimentos que forem noticiados acompanhados por imagens complementadas por som ao vivo e, de preferência, em directo, têm um alcance muito mais vasto e profundo do que se forem apenas divulgados tão somente por escrito. Segundo os especialistas da comunicação, “o peso das palavras não se compara ao choque da imagem”(Ramonet, 1999: 28). Comprova-se o que acaba de ser dito através da observação de alguns exemplos, nomeadamente dos serviços noticiosos de certos canais de televisão portuguesa²; e é também revelador o facto de a Internet ser o meio cujo número de utilizadores mais tem crescido nos últimos tempos, a nível mundial.

A importância da linguagem verbo-audio-icónica veio efectivamente revolucionar o conceito de informação. Informar já não significa descrever um facto respondendo às questões chave: Quem? O quê? Quando? Onde? Como? Porquê? Com quê ou com quem? A influência da televisão acabou por impôr a sua perspectiva do conceito: sempre que possível, apresentar o acontecimento no momento em que está a decorrer, proporcionando ao receptor a possibilidade de assistir em directo. Esta preocupação suscitou nos espectadores a necessidade de visionar o facto originador da notícia enquanto ele ocorre, mesmo que não se entenda o seu alcance. Reforça-se assim a ilusão de que *visionar* é compreender o que se passa à nossa volta. Ao receptor caberia captar, digerir a mensagem, reflectir e, em última análise, agir. Isto pressupõe que a imagem terá bastado para documentar o receptor, fornecendo-lhe todas as explicações para o significado do acontecimento, ou suscitando nele a

curiosidade suficiente para complementar o que acabou de ver com o aprofundamento do assunto, consultando fontes escritas ou electrónicas. E se tal não aconteceu? Pensamos que a maior parte das vezes assim é. Afinal, o espectador não ficou bem informado porque não se inteirou do assunto, apenas ficou a saber o essencial, o mais imediato, o que ressalta à vista, se bem que efémero.

Cada vez mais, a imprensa escrita adopta o modelo estético dos *media* audiovisuais: as capas têm de ser apelativas, fotogénicas, com títulos curtos e atraentes, os artigos, no seu interior, breves, superficiais, divertidos e muitas vezes sensacionalistas. É uma informação que procura abranger todas as camadas sociais, rápida, fácil de consumir e de esquecer, porque, entretanto, outra surgirá, com mais actualidade, pronta a ser vendida, e esperemos que mais efémera, para perpetuar o consumo e assim assegurar a sobrevivência das editoras. Este é um produto da sociedade de informação mas também da sociedade de consumo em que involuntariamente nos inserimos.

O PAPEL SOCIAL DA IMAGEM

Dado o contributo da imagem para a sensibilização, o alerta e a assunção das grandes causas pelas consciências, os jornalistas, na televisão, assumem o importante papel de denunciar o que de errado acontece no mundo. Foi assim que este meio de comunicação de massas desempenhou uma função inigualável, indesmentível e fulcral em vários conflitos, de que Timor e a Indonésia foram exemplo. É indiscutível que, neste caso, o desenrolar dos acontecimentos muito ficou a dever ao facto dos *media* veicularem, por todo o mundo, as terríveis atrocidades cometidas e devidamente documentadas com imagens irrefutáveis que abalaram toda a credibilidade depositada, até aí, na potência invasora. Associada a todas as iniciativas tomadas pelo estado português, esteve sempre a solidariedade dos jornalistas portugueses de rádio e televisão para com o povo timorense, que denunciaram a discrepância entre o comportamento das autoridades e aquilo que se defendia em reuniões de gabinete ao mais alto nível.

É curioso referir que, neste caso particular, e contrariamente ao que seria de esperar, a onda foi inicialmente lançada por uma rádio privada (a TSF). Esta rádio, em particular, assumiu o papel de delatar e defender a causa, sempre que possível em directo, através de jornalistas enviados, de contactos com

elementos no local, de entrevistas a figuras envolvidas ou capacitadas para darem a sua opinião, da criação de espaços de fórum, girando todas estas iniciativas à volta do tema do conflito. Durante dois dias seguidos, a referida rádio assumiu a responsabilidade social de agente de denúncia e inibiu-se de cumprir os seus compromissos publicitários, dada a seriedade com que decidiu enfrentar o caso. Como transmitia em directo o relato dos acontecimentos, enquanto a televisão só se referia a eles nos noticiários do horário nobre, gerou um movimento social ímpar, a nível nacional, de tal modo que a televisão teve de lhe seguir os passos com o instrumento que a rádio não possuía – a imagem. A dita rádio manteve sempre a sua estrutura de emissão durante três semanas: 24 horas diárias dedicadas ao conflito na ordem do dia e pode-se afirmar que a causa muito ficou a dever a este facto.

Mais uma vez a realidade das imagens foi determinante para: (i) a criação de uma consciência colectiva à volta de uma causa nacional há muito julgada adormecida, para não dizer perdida, (ii) a concentração e propagação de uma opinião pública conhecedora da sua força mobilizadora, (iii) a formação de grupos de pressão exercida dentro e fora do país, sobre as mais variadas instituições mundiais, incitando-as e obrigando-as a tomarem certas atitudes e resoluções (se bem que a comunidade internacional tenha intervindo tardiamente nalguns casos, como foi possível constatar) e, finalmente, (iv) para a movimentação das massas. Segundo a opinião de um elemento da população autóctone, “os jornalistas são os únicos que se interessam realmente pelo que se passa em Timor, que sabem realmente o que aqui se passou, que sabem os crimes que aqui foram cometidos” (*Público* 99/09/29: 6).

Mas este não foi o único caso de tentativa ou consumação de genocídio. Durante o século que agora termina são vários os exemplos: os judeus, os arménios, os curdos, os tutsis e os hutus moderados, os kosovares e os palestinianos, bem como algumas etnias minoritárias. O caso do Ruanda, em 1994, onde se perpetrou um autêntico genocídio foi (e ainda é) dos mais revoltantes. Efectivamente, não foram filmadas as acções de violência praticadas por qualquer das facções, apenas se viram imagens da população de refugiados, razão pela qual o impacto da fase crítica vivida por aquele país africano – vítima de “uma sucessão de erros políticos e diplomáticos” – foi significativamente menor, apesar de o número de mortes ter atingido entre meio milhão e 800 mil indivíduos (*Público* 99/03/31 e 99/12/17).

Não podemos, contudo, descurar um aspecto igualmente importante, referente ao potencial das imagens na formação do pensamento, na tomada de decisões e nas atitudes do seu receptor. É que essa força pode ser usada, pelo emissor, como instrumento de orientação de massas, no sentido de as tentar fixar ao canal que estão a visionar. Veja-se como se comportam os canais de televisão nos diversos conflitos mundiais: quando os correspondentes não enviam imagens que dêem cobertura total à quantidade de informação que há a transmitir, a realização decide presentear os telespectadores com a repetição de imagens já divulgadas minutos antes, ou nos dias anteriores, sobretudo se forem de actos de violência ou de sofrimento³, até se consumir a leitura das notícias. Este facto tem ainda um outro alcance que é o de contribuir para satisfazer o apetite por cenas que transmitam o que realmente se passa, nem que tenham sido acabadas de transmitir há minutos. É como se a (re)transmissão da mesma imagem tornasse o acontecimento mais repreensível e revoltante.

É a exploração dos sentimentos das massas e a procura do sensacionalismo que tantas audiências têm conseguido prender ao ecrã, mas que raríssimas vezes se constituem como significado de qualidade na abordagem da notícia, vejam-se os casos dos designados *reality shows*. Daí que, de uma forma geral, a televisão possa ser o meio de comunicação de massas mais instrumentalizável e controverso, o menos imparcial e, tendencialmente, o menos fiável, devido às tácticas e aos subterfúgios a que frequentemente os profissionais da informação recorrem para ampliar, ou pelo menos manter, a lealdade das suas audiências.

Sendo os meios de comunicação de massas uma das vias formadoras da população de um país, poderemos perguntar-nos se a sociedade está a ser conscientemente (in)formada, para poder agir adequadamente no exercício de uma cidadania responsável e sustentada no meio com que ela própria interage. Todos nós contribuimos para este panorama nas opções diárias que fazemos. É necessário que adoptemos uma postura crítica face à visão do mundo que os meios de comunicação de massas subtilmente procuram impor.

¹ Entre Maio de 1997 e Maio de 1998, o consórcio “Iridium” colocou em órbita 66 satélites de comunicações digitais que abarcam todo o planeta numa rede virtual. Foram colocados mais 48 em 2000 pelo projecto “Globalstar”, e estão já projectados mais 80 até 2001 pelo “Skybridge”, e 288 em 2003 pelo “Télédec” (Ramonet, 1999: 125).

² Alguns canais reforçam a informação dada pelo apresentador do telejornal com um pequeno ecrã colocado ao seu lado esquerdo, com imagens e símbolos alusivos que vão indiciando o conteúdo e teor da notícia que está a ser lida. Como se tal não bastasse, no início, um dos canais apresentava, no seu telejornal, um dispositivo, na parede do fundo, onde corriam, em simultâneo à leitura das notícias pelo apresentador, os títulos das notícias mais importantes que se seguiriam, com o intuito de prender a audiência. Actualmente, vários canais passam as notícias em rodapé e sob o formato de telegrama, ao mesmo tempo que o apresentador desenvolve o seu conteúdo, imitando o procedimento de um canal norte americano que assumiu importância ímpar aquando da Guerra do Golfo.

³ Quantas vezes se viu o embate dos aviões sobre as *Twin Towers* de Nova Iorque na TV? Isto sem querer descurar a atrocidade perpetrada pelos terroristas.

BIBLIOGRAFIA

GREY, Duncan (1999). *The Internet in School*. London: Continuum.

LEVY, Pierre (2000). *A Cibercultura*. Lisboa: Instituto Piaget.

MENDES, Pedro Rosa (31/Mar.99). Nada foi espontâneo no Ruanda. *Público*. Porto, p. 13.

RAMONET, Ignacio (1999). *A Tirania da comunicação*. Porto: Campo das Letras.

SILVA, Bento (2001). A tecnologia é uma estratégia. *Actas da II Conferência Internacional de Tecnologias de Informação e Comunicação na Educação “Challenges’ 2001”*. Braga: Centro de Competência do Programa Nónio Século XXI da Universidade do Minho, pp. 839-859.

SOUSA, Fernando (17/Dez/99). ONU assume culpa no genocídio ruandês. *Público*. Porto, p.16.

www.Cimeira Lisboa 2000_files\Cimeira Lisboa 2000.html acedido em Abril/2001.